

HABEAS CORPUS Nº 493.157 - SP (2019/0040847-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : THARSILA FAVERO DE CAMARGO
ADVOGADO : THARSILA FAVERO DE CAMARGO - SP291191
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO WATERMANN (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de RODRIGO WATERMANN, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do Agravo em Execução Penal n. 0016618-67.2018.8.26.0041.

Infere-se dos autos que o juízo das execuções penais indeferiu pedido de progressão de regime prisional, entendendo não preenchidos o requisito de ordem subjetiva demonstrada pelo exame criminológico.

Em sede de agravo em execução, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso e manteve a decisão de primeiro grau (fls. 122/126).

Na presente impetração sustenta-se a existência de constrangimento ilegal decorrente da decisão mantida pelo Tribunal *a quo*, pois foi negado o direito de progressão apenas pelo fato de não assumir a prática do delito, ignorando que o paciente possui bom comportamento carcerário e que o próprio exame criminológico indicou que a progressão contribuiria para a reintegração social.

O impetrante requer, em liminar e no mérito, a progressão do regime do paciente.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do

periculum in mora, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo das execuções a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes à situação processual e prisional do ora paciente, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator